

O ESTADO DE S. PAULO

O calor e a seca que continuará: que fazer?

WASHINGTON
NOVAES

A cendem-se muitos sinais de alerta diante de notícias como a de que 2014 foi o ano mais quente desde quando se registram temperaturas no planeta (1880), diz a National Oceanic and Atmospheric Administration, a agência meteorológica dos Estados Unidos. Os dez anos mais quentes aconteceram após 2000, com uma única exceção: 2015 tende a ser ainda mais quente, pois neste ano teremos o fenômeno El Niño, que aquece as águas do Pacífico e influi na atmosfera continental – o que não se verificou em 2014.

O aumento das emissões de poluentes para a atmosfera foi muito forte e ao lado da formação de “ilhas de calor” em áreas urbanas muito adensadas já é causa bem estudada de eventos problemáticos, dizem os cientistas do Instituto Climateempo. Assim como o aumento do desmatamento no País, principalmente na Amazônia, e a ocupação de novas áreas pela pecuária e pela agricultura. E tudo isso nos coloca entre os países que mais contribuem para mudanças no clima.

Outro estudo, de 18 cientistas respeitados (ScienceXpress, 15/1), adverte que mudanças no clima e perdas na biodiversidade podem “levar o planeta Terra a um novo estágio, se a ultrapassagem de limites continuar ocorrendo”, afetando mesmo a camada de ozônio e intensificando a acidificação dos oceanos. Na verdade, dizem eles, deveríamos até, ao calcular a evolução do produto econômico no mundo, incorporar o que acontece em terra, na água, no ar.

A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) dá-lhes razão, ao lembrar que, como a população terrestre vai chegar a 9 bilhões até 2050, nas próximas décadas precisaremos aumentar a produção de alimentos em 60% (para atender inclusive aos 40% da população que vive abaixo do nível de pobreza fixado pela ONU), aumentar a produção de energia em 50% e a utilização de recursos hídricos em 40%. E tudo sem aumentar a degradação – o que exigirá modos de viver adequados às possibilidades do planeta.

Deveríamos também, todos, ler o relatório *O Futuro Climático*

co da Amazônia, do professor Antônio Donato Nobre, pesquisador no Inpe, MCT e Inpa, produzido para a Articulação Regional Amazônica. Ele chama a atenção para os efeitos devastadores do desmatamento na Amazônia e sua influência muito forte em todo o País, inclusive para quem vive nas áreas urbanas. E destaca alguns ângulos da questão:

1) A capacidade da Floresta Amazônica de contribuir decisivamente para manter a umidade do ar naquele bioma e em outras partes distantes; as árvores extraem água pelas raízes, levam-na para as folhas, que jogam o líquido, evaporado, para a atmosfera; isso leva a que uma árvore de grande porte contribua a cada dia com o equivalente a mil litros de água – o que se

Se tivéssemos cumprido plano de 2009, em 2015 já estaríamos chegando ao desmatamento zero

traduz em quase 20 bilhões de toneladas de ar diárias evaporadas pela floresta, mais que o aporte diário de água para o Rio Amazonas; e que equivale, em energia solar, a mais do que toda a energia gerada por uma usina como Itaipu.

2) Esse processo leva a um rebaixamento da pressão atmosférica sobre a floresta, que suga o ar úmido que está sobre o oceano para dentro do continente, mantendo as chuvas “em quaisquer circunstâncias”.

3) No processo a Amazônia também exporta “rios aéreos de vapor”, que transformam a água transportada em “chuvas fartas que irrigam regiões distantes no verão hemisférico”; o processo florestal também distribui e dissipa a energia transportada nos ventos que chegam e impede a formação de “eventos climáticos extremos”, como furacões e similares.

Mas todo esse processo está em risco. Até 2013 o desmatamento na Amazônia chegou a quase 763 mil km². Se forem somadas as áreas onde ocorreu a “degradação florestal”, serão mais 1,2 milhão de km² – chegando o total final a quase 2 milhões de km².

Atuado isso ainda se podem somar as perdas no Cerrado (mais de 50% da área já desmatada), na Mata Atlântica e em outros

biomas. A impermeabilização do solo do Cerrado com o desmatamento impede que a água se infiltre – e se reduza a capacidade de geração de fluxos para as três grandes bacias brasileiras.

Cinco passos essenciais são apontados por Antônio Nobre e outros cientistas:

1) Ter uma estratégia de “guerra à ignorância” quanto às questões das chuvas e da Amazônia;

2) conseguir, com políticas competentes e obrigatórias, chegar ao desmatamento zero na Amazônia;

3) abolição do uso do fogo;

4) estratégias de recomposição de espaços das florestas;

5) conscientizar as “elites” de seu papel decisivo no processo.

Se o Brasil tivesse cumprido o Plano Nacional de Mudanças Climáticas, aprovado em 2009, dizem os estudos, estaríamos chegando já em 2015 ao desejado desmatamento zero. Mas, como diz o dirigente do Instituto SocioAmbiental, Beto Ricardo, todos os projetos multilaterais para a Amazônia são “ridículos”.

Então, será decisivo impedir que o desmatamento propicie a expansão de pastagens (com o aumento das emissões de metano), é preciso mudar os caminhos da pecuária. Repensar nossos formatos de mobilidade urbana, para reduzir as emissões de poluentes por veículos. Tratar com competência a área de energia e não utilizar fontes térmicas, altamente poluentes, como o carvão. Sempre lembrando o que é conclusão quase unânime na Convenção do Clima: teremos de reduzir em 80% o uso dos chamados “combustíveis fósseis”.

Nas cidades, onde as “ilhas de calor” causadas pelo adensamento atraem chuvas problemáticas, vale a pena enfatizar o recente “apelo à população” feito pelo diretor executivo da Rede Nossa São Paulo, Oded Grajew: “A cidade de São Paulo está diante de uma catástrofe social, econômica e ambiental sem precedentes (...). A Cantareira pode secar em 60 dias (...). Estamos acomodados e tranquilos num Titanic, sem nos dar conta do iceberg que está se aproximando”.

É tempo de juízo.

JORNALISTA
E-MAIL: WLRNOVAES@UOL.COM.BR